



José Gabriel Ávila *

Ser português aqui

Os últimos dias deste mês de outubro marcarão, decisivamente, vários processos políticos e diplomáticos que se desenrolam em diferentes pontos do globo. Os mais relevantes são as eleições no Brasil, as negociações tendentes a pôr fim à criminosa invasão da Ucrânia pela Rússia e a crise no Médio Oriente e no mundo Árabe, cujos contornos vão muito para além da crise do petróleo.

A par destes, não se pode menorizar o impacto do conturbado ambiente social registado em vários países europeus, nomeadamente: Albânia, França, Itália, Bélgica, Espanha, Grécia e no nosso próprio país, quer pelo direito à habitação e melhor sistema educativo, quer por maiores salários e condições de vida. Todos estes conflitos estão relacionados com legítimas reivindicações e têm implicações com a paz, o desenvolvimento dos povos, a coesão social das nações e da União Europeia, no seu todo.

As manifestações que tiveram lugar no continente reclamando o Direito à Habitação, levaram o Presidente da República a convocar os líderes dos partidos parlamentares para, no próximo dia 29, ouvi-los sobre a Coesão Social.

António J. Seguro tem, certamente, a convicção de que existem fissuras graves no tecido social que afetam a dignidade das pessoas e a tranquilidade social.

Ao ouvir os representantes democráticos, Seguro pretende intervir num processo complexo e dinâmico que, não sendo consensual, implica objetivos comuns entre os quais a execução de direitos fundamentais, como a habitação, a saúde e a educação.

Estes são também problemas que, com dimensões diferentes, afetam a vivência das populações destas ilhas, governadas por uma Administração Autónoma, com dificuldades acrescidas por se tratar de uma Região Ultraperiférica, com Estatuto reconhecido pela União Europeia.

Perante os constrangimentos que a Região enfrenta para fazer cumprir a Constituição Portuguesa e as competências que o Estatuto Político-Administrativo lhe confere, há um centralismo atávico e incompreensível que preside às decisões de instâncias superiores do Estado, o que leva muitos açorianos a interrogarem-se:

-O que é ser português aqui?

Sim! Que direitos tem um cidadão residente nestas ilhas, se se confronta, permanentemente, com enormes dificuldades em aceder, em situações graves, a cuidados de saúde diferenciados e a ser atendido com a qualidade e competências que só existem em Hospitais Centrais?

Quantos impedimentos têm os açorianos para sair para o exterior, só o podendo fazer de avião e por vezes a custos inoportáveis, porque o Governo de Lisboa há meses e meses que persiste em não implementar o sistema de reembolso que é sua responsabilidade e nenhuma entidade do Estado o demove dessa teimosia intransigente?!...

Como é ser português aqui, se os Açores que outrora foram porto de abrigo e de paragem obrigatória para as naus das Índias e dos Brasís que transportavam riquezas das colónias são agora apenas referências geoestratégicas e militares, guardas-avancadas com uma extensíssima Zona Económica Exclusiva que ultrapassa largamente a dimensão terrestre do Minho ao Algarve?

Por que não existem transportes marítimos de passageiros inter-ilhas com ligações a Lisboa e à Madeira, se há cada vez mais e maiores cruzeiros a circularem pelo Atlântico Norte, transportando milhares e milhares de passageiros?

Porquê acentuar a ultraperiferia, se Portugal se torna maior porque o espaço marítimo das ilhas lhe dá projeção e dimensão?

Estas são condicionantes da coesão social que fortalecem ou não a unidade do Estado.

Não entendo, pois, por que razão o Presidente da República ainda não se deslocou aos Açores, após a sua eleição, como o faz em deslocações pelo continente, para visitar isto ou aquilo e presidir a este ou àquele evento.

Vir aos Açores não apenas em situações calamitosas, mas para se inteirar dos problemas dos açorianos. ouvindo-os, escutando-os, dialogando, propondo, caminhando e apontando novas saídas, chamando a atenção

das autoridades do Estado a quem incumbe a resolução de problemas velhos e revelhos. Para que a sua função seja considerada útil por quem mais precisa e está longe dos corredores do poder.

O diálogo sobre a coesão social que Seguro vai ter com os líderes políticos nacionais, para os Açores, é também uma questão de coesão nacional porque envolve uma Região ultraperiférica marítima, com dificuldades acrescidas pelo insulamento. É por isso que o Presidente da República não pode ou não deve restringir o diálogo apenas ao retângulo português.

Seguro deve promovê-lo também aqui. Pessoalmente, mesmo sem ser convidado, ao contrário do que aconteceu antigamente. Aqui também é Portugal. Aqui vivem portugueses/açorianos, como foram Teófilo de Braga, Manuel de Arriaga, Antero de Quental e tantos outros que celebraram os 50 anos de Autonomia Política e Administrativa.

É verdade que existe a Representante da República. Mas essa figura institucional corre o risco de, se não intervier e promover um diálogo aberto com os vários parceiros e organismos societários, tornar-se uma figura decorativa, que de nada serve.

Para o exercício da autoridade, a qualidade necessária é a disponibilidade para SERVIR.

Recordando o Papa Francisco, sobre o que deve ser o Bom pastor ou, "mutatis mutandis" um bom governante, ele afirmava: *"o pastor deve caminhar "à frente do rebanho para indicar o caminho, no meio do rebanho para sentir o seu odor e manter a unidade, e atrás do rebanho para ajudar os que ficam para trás e, sobretudo, para deixar que o próprio povo encontre novos caminhos". Nessa dinâmica pastoral, a autoridade deixa de ser exercício de poder para tornar-se presença, serviço e corresponsabilidade."*^[1]

A Coesão Social e a Coesão Nacional são, portanto, a melhor resposta à pertinente questão: Como ser Portugal aqui.

Foto©Mário Ramalho/Presidência da República



^[1] <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2026-10/autoridade-sinodal-aprender-bom-pastor.html>

* Jornalista c.p. 239 A
<http://escritemdia.blogspot.com>